

COMPETIÇÃO DE JULGAMENTO SIMULADO DO SISTEMA
INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS 2014

Caso Cristal Tovar v República Democrática de Exclutia

I. A República Democrática de Exclutia

1. A República de Exclutia (Estado, a República de Exclutia, ou Exclutia), é um Estado independente situado no continente americano. Tem uma população de 20 milhões de habitantes e uma superfície de 850.000 km². Mais da metade da população reside na capital, Inclutiarán. Uma cordilheira atravessa o território de Exclutia dividindo em duas áreas geográficas principais. A região norte é semitropical e compreende 30% do país, no sul predominam os vales e há duas bacias hidrográficas que recebem água para os campos de clima temperado. Os principais recursos são a silvicultura e a pecuária. Nos últimos anos uma nascente indústria de papel e uma indústria digital tornaram o país um polo de desenvolvimento regional.

2. Segundo a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), em 2012 o Produto Interno Bruto per capita era de US\$ 15.000, o da América Latina. Além disso nos últimos anos a economia exclutense teve um nível de crescimento notável, principalmente devido à abertura a novos mercados e a exportação de carne bovina e madeira. No entanto, apesar de tais avanços, a República de Exclutia continua entre os países com maior desigualdade da região pelo Índice de Gini. 10% da população acumulam 80% da riqueza.

3. A maioria da população de Exclutia se autodefine como mestiça, sendo as principais minorias étnicas o povo indígena Nikich (10%) e a população afrodescendente (7%). Segundo o Censo Demográfico 2010, a taxa de pobreza é de 30% e a de indigência é de 10%, registrando um leve declínio em relação à década passada. O censo registrou também um total de 2.735.080 pessoas com deficiência, o que representa mais de 13% da população.

4. A República de Exclutia é um Estado unitário e presidencialista. Está organizado politicamente em doze departamentos. Cada departamento tem um órgão legislativo e um governador que desempenha funções executivas, eleitos por meio de eleições diretas. Ao longo da história, existiram duas coalizões de partidos políticos, as quais têm alternado no poder. Em 2000 surgiu uma terceira força política, o Partido Independente, de caráter minoritário. A República de Exclutia caracteriza-se por ser um país de longa tradição democrática, em que os governos civis sucederam-se de forma quase ininterrupta, com a exceção de dois golpes militares em 1933 e 1971. Após a volta da democracia em 1979, todos os governos foram eleitos democraticamente.

5. Com o objetivo de reduzir a desigualdade entre ricos e pobres e atingir melhor distribuição da riqueza, na última década, a administração que governou o país de 2008 a 2013 implementou uma série de políticas sociais em diversos setores. Por uma delas implementou um programa para erradicar a pobreza extrema, com políticas de

segurança alimentar e nutricional. Dentro desse programa criou também uma série de incentivos para diminuir a presença de meninos e meninas das camadas populares. Por outro lado, o governo começou a implementar políticas com foco em setores historicamente marginalizados, tais como crianças de rua, adultos idosos e pessoas com deficiências

6. Na República de Exclutia, o sistema jurídico romano-germânico. Exclutia é Estado Membro da Organização de Estados Americanos (OEA) desde sua criação, tendo ratificado a Carta da OEA no dia 30 de abril de 1948. E de dezembro de 1989 República de Exclutia ratificou a Convenção Americana sobre Direitos Humanos e aceitou a jurisdição contenciosa da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte Interamericana ou Corte). Além disso Exclutia é Estado Parte da Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Deficientes desde 27 de outubro de 2004. Em 30 de agosto de 2008 ratificou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências. A República de Exclutia é um centro reconhecido na região por suas reformas legislativas progressistas dos últimos treze anos. Uma das principais atribuições hierárquicas de nível constitucional são os tratados de direitos humanos que a República faz parte

II. Antecedentes sobre Cristal Tovar

7. Cristal Tovar é uma mulher cega de 33 anos em 2006 morava com a sua mãe, Sandrina Castro, num pequeno apartamento ao sul da cidade de Inclutiarán. Ambas moravam nesse apartamento desde que o pai de Cristal a abandonou quando foi confirmado o diagnóstico da cegueira permanente de Cristal aos 15 anos de idade

8. A única fonte de renda de Cristal e sua mãe era o salário da senhora Castro como trabalhadora em uma empresa de limpeza, onde trabalhava desde a partida do pai de Cristal. Quando ficou cega Cristal abandonou seus estudos pois a escola não estava preparada para receber alunos com deficiência visual. E também, em razão de sua situação de pobreza, não teve acesso a uma educação especial

9. Em consequência de uma doença crônica, a senhora Castro morreu em abril de 2006. Depois da morte da mãe, Cristal conseguiu algum dinheiro vendendo seus poucos pertences e recebeu ajuda de alguns vizinhos, que lhe levaram comida durante aproximadamente dois meses. Cristal começou a enfrentar sérias dificuldades para trabalhar. Como não podia se locomover sozinha ela dependia de que a sua vizinha lhe ajudasse na busca de emprego, lesse os anúncios e a levasse de um lugar a outro em transporte público. Contudo, uma vez que os empregadores notavam sua deficiência, imediatamente se mostravam desinteressados em contratá-la. Várias vezes disseram que seria muito difícil que ela entendesse a dinâmica do trabalho e que sua imagem poderia afastar possíveis clientes

10. Desde o falecimento da senhora Castro, Cristal não pagou o aluguel do seu apartamento. Segundo a legislação civil do Estado de Exclutia, depois de três meses de não pagamento o proprietário tem o direito de apreensão de despejo com um prazo de 30 dias e posteriormente iniciar um processo para o pagamento dos débitos com os juros respectivos. Na sexta-feira dia

11. Anesí, que vinha de uma cidade ao norte chamada Pastrah, pediu ao governo dessa cidade que oferecesse moradia assistida com cozinha e escritórios que ajudassem na busca de emprego. Anesí a aconselhou a procurar o Conselho Nacional de Pessoas com Deficiência de Exclutia (CONADISE) para verificar se o governo oferecia algum apoio ou alternativa para pessoas com deficiência, a fim de que estas pudessem ter uma vida independente dentro da comunidade. O funcionário do CONADISE que a atendeu disse que, apesar de estarem desenvolvendo novas políticas públicas para pessoas com deficiência, a única alternativa disponível para pessoas em sua condição, naquele momento eram unidades residenciais com os serviços adequados às suas necessidades.

12. Dias depois, com muito pouco dinheiro e convencida de que não teria como juntar dinheiro suficiente para pagar o aluguel e suas dívidas, Cristal decidiu sair do seu pequeno apartamento. Como Cristal não queria ir para o centro residencial foi para a praça pública onde começou a pedir esmola durante o dia e a dormir num banco perto de uma fonte. Após alguns dias andando na rua, no dia 3 de agosto de 2006, um agente da polícia que trabalhava para a última iniciativa do governo da "Capital" chamado "nosso indigentes," colocou-a numa palha e levou-a para um centro social chamado "La Casita".

III.

13. O centro para o qual Cristal foi levada, "La Casita", recebia pessoas com deficiência física, mental, intelectual e/ou sensorial. Também residia no centro de população em situação de rua, alojados numa área parquada e administrada independentemente. "La Casita" é uma instituição de portas fechadas, única exigência para o ingresso é que as pessoas não tenham nenhum tipo de apoio para morar na comunidade.

14. Este centro acolhia um total de 400 pessoas (incluindo 50 meninos e meninas com deficiência), a maioria dos quais tinha familiares que poderiam ou não ter acesso a apoio para tanto. "La Casita" tinha sete áreas e uma sala de emergência com três camas e aparelhagem médica para emergências menores. A população do centro estava dividida da seguinte forma:

- Área "A": Mulheres com deficiência física e sensorial
- Área "B": Mulheres com deficiência intelectual e mental
- Área "C": Homens com deficiência física e sensorial
- Área "D": Homens com deficiência intelectual e mental
- Área "E": Adultos idosos
- Área "F": Crianças com deficiência
- Área "G": População de rua

15. Cada área tinha quatro dormitórios. As camas estavam alinhadas uma atrás da outra e os colchões eram velhos e não existiam espaços para guardar objetos pessoais. As poucas pessoas que tinham algum pertence carregavam consigo por medo de serem roubados. Um livro, uma imagem religiosa e

1. A regulamentação da capacidade jurídica de ~~peessoas~~ pessoas com deficiência é regida pelo processo de interdição.
2. A declaração de interdição é um processo de jurisdição voluntária que poderá ser iniciado por ~~estipulação~~ solicitação da parte interessada ~~de~~ de ofício pelo Ministério Público ou pelo juiz civil. No caso das pessoas com deficiência internadas em instituições que não tenham familiares que se encarreguem delas, os diretores poderão solicitar a interdição de acordo ~~com~~ com o estabelecido no presente instrumento.
3. A solicitação de interdição deve incluir um relatório médico, os fatos que motivam a necessidade da interdição e a especificação do parentesco ~~do~~ do vínculo que liga a pessoa que apresenta a solicitação com a ~~pessoa~~ pessoa objeto do processo de interdição.
4. Uma vez comprovados os requisitos de admissibilidade, o juiz convocará uma audiência na qual ~~deverá~~ deverá estar presente ~~o~~ o Ministério Público e a pessoa que solicitou a interdição.
5. Caso o juiz declare a interdição ~~de~~ de uma pessoa com deficiência, com base na documentação entregue ~~juntamente~~ juntamente com o pedido de interdição e nas peritagens que considere pertinentes, o mesmo fixará a extensão e os limites da curatela segundo o tipo de incapacidade. Na mesma sentença nomeará um ~~curador~~ curador ou curadora que representará ~~a~~ a pessoa interdita.

residentes do alojamento nos quartos de isolamento. Os funcionários do hospital diziam que estavam sendo submetido regime de isolamento para salvaguarda a segurança pessoal destes em crise e dos funcionários dos outros residentes. Em geral as pessoas que eram colocadas nesses quartos ficavam trancadas nelas por 4 ou 5 horas

25. Depois do exame médico Cristal foi decidido que devido ao diagnóstico de depressão severa ela deveria tomar antidepressivos durante pelo menos seis meses. Cristal perguntou ao médico se isto melhoraria o seu estado de ânimo o médico respondeu que sim. Desde então passou a receber esse tratamento

32. No dia 21 de fevereiro de 2008, a ODNEI apresentou um recurso de nulidade a fim de questionar a interdição de Cristal Tovar. Mediante resolução de 18 de setembro de 2008, o juiz de primeira instância declarou inadmissível o recurso por falta de legitimidade. O juiz determinou que o Código de Processo Civil de Exclutia estabeleça apenas o

Adicionalmente, a Comissão adotou uma série de recomendações em respeito das situações violatórias dos direitos de Cristal Tovar, assim como medidas para evitar sua repetição. O Estado e os peticionários foram notificados neste relatório no dia 14 de março de 2013.

37. No dia 13 de junho de 2013, o Estado solicitou à CIDH uma prorrogação de dois meses para cumprir com suas recomendações e renunciou à possibilidade de interpor exceções preliminares em relação ao prazo estabelecido no artigo 51 da Convenção Americana. O Estado afirmou em seu memorial que o Congresso

